

Formigas docinhas

Tenho medo de parar e ficar tão triste que meus pés me sugariam para dentro deles

Tati Bernardi

Escritora e roteirista de cinema e televisão, autora de "Depois a Louca Sou Eu"

Não começo, aparecem umas duas ou três por noite, número que foi crescendo exponencialmente até chegarmos à última terça-feira, em que contei 27 formigas docinhas gigantes na bancada da cozinha. Adapto do "tenho tanta coisa na cabeça que se eu parar por um segundo vou parar de viver" do organizando e não fazendo, eu segui matando umas cinco ou sete formigas por noite sem me dedicar propriamente a interromper sua proliferação. Preciso resolver as formigas,

mas antes a ulcera do meu pai. Preciso resolver as formigas, mas antes começar minha mãe a fazer ressonância do cérebro. Preciso resolver as formigas, mas antes o ortopedista da Rita, o ortodontista da Rita, a terceira dose da ACWY da Rita, a segunda dose da febre amarela da Rita, quando vai ter vacina de dengue pra Rita, quando vai ter vacina de gripe pra Rita.

Preciso resolver as formigas, mas antes entender se tenho mesmo diabete, síndrome de Pernette e ciclotimia. Antes entender por que a Amil não liberou a senha dos exames. Antes implorar desconto ao laboratório da minha injeção de enxaqueira. Antes entender os juros dos empréstimos de giro para empresas. Antes entender o marco temporal, a operação Lesa Pátria, a operação Tempus Veritas e por que não alguma importância pra Winessa Camargo.

E segui matando dez formigas por noite, mas antes de resolvê-las de uma vez eu precisava de mais dez projetos por que os dez projetos que já faço ou pausam mal ou atrasam demais o pagamento. Antes eu precisava falar com meu psiquiatra. Fiz seis meses que eu sinto que vou ter um troço se eu não parar, mas eu não sei o que eu tenho que parar e tenho medo de parar e ficar tão triste que meus pés me sugariam para dentro deles. E segui matando 15 formigas

matá-las na sua frente. Quando ele não está, as únicas com gosto e crueldade, sabendo que desconta nas formigas tudo o que deu errado em minhas relações amorosas. Falei "vz" em voz alta e então paralisou completamente. Eram mais do que 27, mas eu não podia mais contar. Eram tantas que minha visão borrou e fiquei catatônica. As formigas me lembravam um vômito descontrolado saindo por uma pequena fenda de um cérebro exausto que se rompeu. Por uns bons três minutos eu não conseguia lembrar e nome do inseto. O que mesmo eu preciso matar? Quería fazer foto da coisa, para matar para aquele profissional que vem na sua casa e mata a coisa. Que tipo mesmo de gente mata coisas pra você? Com a foto, ele me falaria que espécie de... de...

[DOI, Antonio Prata | SEE, Marcia Castro, Giovana Madaleno | TEK, Vera Iaconelli | QUA, Ritor Szabo de Carvalho, Jairo Marques | QUI, Sérgio Rodrigues | SEXT, Tati Bernardi | SÁB, Oscar Vilhena Vieira, Luis Francisco Carvalho Filho

Prefeitura de SP indeniza gestora de creche em R\$ 7,1 mi

Gestão Nunes afirma que acordo com entidade extinguiu 17 ações de cobrança

Carlos Petrocchio

SÃO PAULO A Prefeitura de São Paulo pagou indenização de R\$ 7,1 milhões, por meio de acordo extrajudicial, para a Sobel (Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interligações), uma organização social que administra 15 creches terceirizadas na capital e já teve o prefeito Ricardo Nunes (MDB) como um de seus voluntários. O acordo foi celebrado em agosto de 2022, mesmo depois de a gestão Nunes ter obtido decisão na Justiça que sentença a prefeitura de restituir à entidade os valores correspondentes a reajustes de aluguel entre 2019 a 2023. Em nota, a gestão diz que o acordo extrajudicial "foi mediado pela Procuradoria-Geral do Município, com base na

legislação vigente, e teve como propósito reduzir prejuízos financeiros dos interessados, entre eles a gestão municipal". A DIRE (Diretoria Regional de Ensino) da Capela do Socorro, na zona sul, também faz parte do acordo. Em 2022, a Sobel ingressou com cinco ações no Tribunal de Justiça de São Paulo reclamando de que, desde 2017, a prefeitura não pagava o aluguel de 15 creches. O acordo foi definido pelo IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado), aplicado nos contratos de locação dos imóveis que recebem as creches. Nesse modelo de parceria com as mantenedoras, a prefeitura mantém sob a responsabilidade de entidades, como a Sobel, fazer os contratos de locação. A administração pública po-

de aprovar o valor do contrato e repassar o recurso para que a entidade pague o aluguel ao dono do imóvel. Assim, a prefeitura não figura como locatária de nenhum prédio das creches. Uma portaria publicada em 2017 estabeleceu que o aluguel deve ser no máximo 0,8% do valor venal de referência do imóvel. A Sobel, no entanto, alegou que a portaria não coincidia com a lei do inquilinato, que estipula que o reajuste não pode ser feito de forma unilateral. Em nota, a instituição também argumenta que a portaria "gerou um desconhecimento dos valores dos aluguéis, uma vez que, desde 2017, a prefeitura passou a utilizar o índice previsto na portaria, ignorando o compactado em contrato [reajuste pelo IGP-M], e

“[O acordo extrajudicial] foi mediado pela Procuradoria-Geral do Município, com base na legislação vigente, e teve como propósito reduzir prejuízos financeiros dos interessados, entre eles a gestão municipal”

Prefeitura de São Paulo em nota

dessa forma efetuando os aumentos e repasses em valores bem inferiores aos que deveriam ter sido pagos". Como exemplo, uma das creches administradas pela Sobel, a CEJ Jardim Macaúbas, deveria, após um ano de contrato, pagar por mês R\$ 44.424,95, mas depositou R\$ 37.245,65, cerca de 8% do valor. Administradora do imóvel, a Fernanjan Construtora ingressou com ação de execução contra a mantenedora para cobrar a diferença, e a Justiça mandou bloquear R\$ 1,1 milhão em agosto de 2022 das contas da Sobel. O montante é referente apenas ao imóvel da CEJ Jardim Macaúbas. A Fernanjan tinha como sócios dos fundadores da Sobel, Benjamim Ribeiro da Silva, que morreu em agosto de 2023. Agora, pelo acordo extrajudicial entre prefeitura e Sobel, Benjamim Ribeiro da Silva, que morreu em agosto de 2023, não terá direito a indenização. O Tribunal de Justiça já havia decidido que não houve descumprimento contratual por

parte da prefeitura que justificasse a ação de cobrança. Entendeu que a parceria com a organização social não impõe à administração municipal restituir o seu repasse por causa do aumento de aluguel. "Sendo variável [para reajuste do contrato] o valor decorrente do número de crianças atendidas [nas creches]", escreveu o desembargador Carlos Von Adamek, relator do caso. A prefeitura disse, em nota, que o valor do acordo representa "a exata correção inflacionária do período, que foi reconhecido pela administração como devido, após minucioso levantamento de cada situação e das ações judiciais". O presidente da Sobel, Luiz Baldo Sobrinho, nega que o aporte de R\$ 7,1 milhões vá restituir a Sobel. "Mas sim as contas paguam as de fundo provisionado, das quais tivemos valores levantados nas penhoras em razão do acordo", escreveu Baldo, em nota. Com o acordo, a gestão Nunes resultou que foram extintas 17 ações — 11 delas movidas pela administração e outras 5 da própria entidade contra a prefeitura.

SP propõe pagar mais para PM do que para professor

Isabela Palhares

SÃO PAULO O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) quer pagar aos policiais militares da reserva que atuarem em escolas civico-militares mais do que paga aos professores da rede estadual paulista.

A Folha teve acesso ao projeto de lei do governo, no qual é proposto pagar um adicional de até R\$ 6,234 aos agentes de segurança, valor 13% superior ao piso dos docentes em São Paulo.

O projeto de lei que cria o programa de escolas civico-militares no estado foi encaminhado pelo governo nesta quinta-feira (7) à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, onde deve ser discutido e aprovado ainda neste semestre. Abaixo do governador já está mobilizada para isso.

O governo aposta na aprovação do projeto e quer abrir 50 escolas civico-militares já no próximo ano e outras 50 em 2025. "Entendemos que é algo que agrega civismo, brasilidade, disciplina, e é interesse dos pais. Vai contribuir com os alunos e nada interfere com a rotina pedagógica das escolas", disse o governador nesta quinta-feira.

A Secretaria de Educação nega que o valor que será pago aos policiais seja maior do que a remuneração docente no estado. "O salário médio pago aos professores da rede



O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Vínculo: Lacerda - 8 de mar. 23/Fluoreno dos Depoimentos

e de R\$ 6.237, de acordo com cálculo feito a partir do Portal da Transparência", diz a pasta. O valor pago aos agentes de segurança, contudo, será somado aos salários que já recebem da reserva da polícia. Para comparação, o salário médio dos soldados da PM paulista era de R\$ 6.362,28 em março do ano passado. O número é do Rato-X das Forças de Segurança Pública no Brasil, divulgado em fevereiro pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tarcísio passou a promover o modelo para se contrapor ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando o governo federal decidiu acabar com o programa nacional de fomento a escolas civico-militares criado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo a proposta de Tarcísio, os PMs da reserva vão atuar nessas escolas para cuidar da "segurança escolar" e desenvolver "atividades extracurriculares de natureza cívico-militar". Para isso, vão receber um complemento de R\$ 320,72 a cada jornada diária de 8 horas — com a possibilidade de cumprir até 40

horas de trabalho por semana. O valor total que os policiais podem receber apenas de complemento, já que ainda continuam recebendo os salários da reserva, é 13% maior do que os R\$ 5.300 definidos como piso salarial para os professores da rede estadual com jornada de 40 horas semanais. Segundo o texto, os policiais participantes do programa serão selecionados por processo seletivo e atuarão como "prestadores de tarefa" pelo prazo máximo de cinco anos.

O projeto propõe que o complemento seja majorado em 50% para policiais militares da reserva que vão atuar como coordenadores do programa — ou seja, o adicional pode ultrapassar R\$ 9.000. O pagamento desse complemento será feito pela Secretaria de Segurança Pública, que deve receber os recursos da Secretaria de Educação. O texto não traz uma estimativa de quantos policiais irão atuar nas escolas, nem o custo anual do programa, mas o governo trabalha com a possibilidade de 1 policial para cada 30 alunos (equivalente a três salas) ou 120 alunos (equivalente a quatro salas). O texto diz apenas que o número de policiais da reserva que irão atuar em cada unidade será definido pelo secretário de Educação, Renato Feder. Também destaca que os agentes "não serão considerados, para qualquer fim, como profissionais da educação básica". Apesar de atuarem dentro das escolas e de a gestão da unidade continuar sob responsabilidade do quadro docente, os agentes selecionados vão ficar subordinados a um grupo de coordenadores, formado também por PMs da reserva, que ficarão alocados na Secretaria de Educação. Os militares estarão desarmados, trajados com uniformes civis e deverão realizar as funções administrativas e de organização.

Colaboração: Renan Maria e Carlos Petricchio

Operação no Rio tenta prender contraventor

RIO DE JANEIRO A Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro fizeram nesta quinta (7) uma operação para prender o contraventor Bernardo Bello por envolvimento na morte do advogado Carlos Daniel Dias André.

O crime aconteceu em maio de 2022, em Niterói, região metropolitana do Rio. Este é o quinto mandado de prisão em aberto contra o bicheiro, que é considerado foragido da Justiça. O advogado James Walker, advogado de Bello em cinco inquéritos nos quais ele o contraventor é investigado, disse que se desligou de sua defesa e que o bicheiro está sem representante neste momento. Os agentes saíram para cumprir oito mandados de prisão e oito de busca e apreensão expedidos pela 2ª Vara Criminal Especializada da Capital. Cinco alvos, no entanto, já estavam presos: Allan Diego, Marcel Magalhães, Isaqueel Fraga, Rodrigo Palares e Wallace Pereira Mendes.

Todos são suspeitos de envolvimento na morte do advogado Carlos Daniel Dias André, e já haviam sido indiciados e denunciados por homicídio. Agora, o grupo responderá pelos crimes de organização para criminoso e lavagem de dinheiro.